

A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO DE CURSOS: ALGUMAS REFLEXÕES

MARIA LAURA P. BARBOSA FRANCO¹

1. Considerações Iniciais

Atualmente, não mais se discute a importância da Avaliação no contexto das demandas mundiais e nacionais tendo em vista os novos modos de produção e de sua organização em um mundo globalizado e permeado pelas novas tecnologias. Instalam-se novos paradigmas de controle tendo como parâmetros as exigências do mercado e como horizonte a competitividade nacional e, principalmente, internacional. Surge a discussão acerca de padrões de qualidade e a polêmica sobre o significado de "qualidade total".

Gestada no mundo do trabalho, esta "onda" avaliativa bate forte na praia da Educação e reflete-se no desenvolvimento e implementação de ações concretas. Neste sentido, basta constatar a quantidade de Programas, de Projetos e de iniciativas governamentais voltadas tanto para a avaliação do rendimento – como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico) – quanto para avaliação do ensino superior por meio do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras). Sem falar dos desdobramentos dessas iniciativas no âmbito dos Estados como o SARESP, em São Paulo, e demais Programas similares em outros Estados da Federação.

¹ Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação da PUC/SP.

Além disso, convivemos, também, com o "provão", com o ENEM (Programa Nacional de Avaliação do Ensino Médio) e com uma expressiva quantidade de projetos dirigidos à avaliação de capacitação de professores, administradores, supervisores e, mais recentemente, de gestores educacionais.

Todavia, devemos levar em conta que não podemos transpor linearmente para a Educação uma concepção de avaliação que se deixa pautar pelos pressupostos de "qualidade total", de atribuição diferencial por mérito e pela acirrada competitividade. Isto porque estamos falando de uma realidade diferente daquela que é regida unicamente pelas exigências e regras do mercado. Sendo assim, devemos considerar alguns aspectos muito importantes para poder ajustar nossas propostas de avaliação educacional de uma maneira mais consistente e competente.

Em primeiro lugar, convém lembrar que a Avaliação faz parte do nosso cotidiano. E, esta constatação é tão antiga quanto o desenvolvimento da consciência dos homens, fato que os diferencia dos animais. *"Desde que os homens começaram a produzir e reproduzir suas condições de subsistência, passaram a estar constantemente se avaliando e, conseqüentemente, avaliando a natureza e os outros seres com os quais interagem"* (Franco, 1998, 4ªed.)

Neste caso, a avaliação é espontânea, interna e externa. Ou seja, ao realizarmos uma tarefa estamos avaliando, subjetivamente, como estamos nos saindo desta ou daquela empreitada. Ao mesmo tempo, avaliamos o efeito de nossa atuação, por meio do "feedback" que nos dá um olhar, um afirmativo aceno de cabeça, um sorriso, ou pelo contrário - e para nossa tristeza - por meio da percepção de um ar de desinteresse ou mesmo de reprovação que esteja pairando no ar. Em geral, é comum a ocorrência deste tipo de avaliação (interna/externa) quando, por exemplo, estamos dando

uma aula, proferindo uma palestra, ou participando de algum evento social.

No mesmo patamar, esta avaliação é informal e espontânea. Sempre avaliamos os prós e os contras (mesmo que inconscientemente) antes de tomar qualquer decisão, seja ela das mais corriqueiras até das mais complicadas. Avaliamos que roupa usar para determinada ocasião, se ir ou não a uma festa, se pedir demissão de um emprego, se romper (ou não) com um relacionamento amoroso... e assim por diante. Todas as decisões tomadas a partir de avaliações espontâneas, configuram-se como elementos importantes para nossa vida pessoal e estão carregadas de muitas implicações satisfatórias, ou desastrosas. Por isso, quanto maior for o número de dados que tivermos para tomar decisões, maior será a probabilidade de tomarmos decisões adequadas.

Assim, podemos afirmar que a avaliação é inevitável e necessária. Inevitável, uma vez que se constitui em um comportamento inerente ao ser humano. É necessária, desde que concebida como uma orientação para a ação, para a manutenção de decisões tidas como satisfatórias, ou como subsídio para a correção de distorções diagnosticadas. Assim encarada, ela se torna um valioso instrumento a favor de um profícuo direcionamento de decisões a serem tomadas, seja no âmbito da vida pessoal e social, seja no bojo do sistema educacional. No entanto, é imprescindível, para tal, criar condições para que a avaliação não seja vista como uma ameaça, um sofrimento e uma poderosa arma apontada para aqueles que estão sob julgamento. Em suma, a importância da avaliação é incontestável. O cuidado que devemos tomar diz respeito ao uso que, em geral, se faz dela!

2. A Avaliação Educacional

Quando transportamos a avaliação para o campo da Educação, o problema assume proporções bem mais abrangentes. Trata-se, agora, de uma avaliação voltada para a orientação de ações públicas, iniciativas políticas e decisões que vão afetar a vida de muitas pessoas. Além disso, e, principalmente, os resultados desta avaliação devem funcionar como eficazes indicadores para verificar se as decisões a serem tomadas estão suprindo as expectativas dos envolvidos nos processos educativos e se estão conseguindo responder às necessidades da sociedade como um todo. Daí, ser extremamente importante saber que ela deve ser cuidadosamente planejada e rigorosamente executada e, de preferência, incorporar, no seu bojo, todos os avanços científicos atualizados e existentes na área.

Este é o primeiro passo a ser considerado. O outro diz respeito à necessidade de saber de que tipo de avaliação educacional estamos falando, para poder planejá-la convenientemente, indicando seus critérios, definindo seus componentes, explicitando suas etapas e delineando seus procedimentos.

Podemos falar de diferentes modalidades de avaliação : avaliação do aluno, do professor, dos planos de ensino, dos livros didáticos, da instituição, de treinamentos voltados à capacitação de pessoal, enfim, de todas as possibilidades que se encaixam no âmbito da avaliação educacional. No entanto, é preciso considerar que se, por um lado, essas diferentes modalidades estão aglutinadas em torno de um mesmo objeto de estudo e unidas em busca de um objetivo comum – qual seja – obter dados acerca da realidade educacional no intuito de contribuir para a melhoria de sua qualidade – por outro lado, são diferenciadas a partir de suas peculiaridades e especificidades, elementos que devem ser, necessariamente, resguardados.

Como já vimos, as possibilidades de enfoque são muitas. Todavia, para fins específicos deste debate, vamos privilegiar uma discussão e reflexão acerca da avaliação de Cursos.

É evidente que podemos avaliar qualquer tipo de curso. Exemplificando: podemos avaliar um Curso de Informática, um Curso de Inglês Instrumental, um Curso de Culinária, um Curso de Dança (que muitos gostariam de fazer!), ou mesmo um Curso Psicoterapêutico voltado para a elevação da Auto Estima. Nestes casos, estamos nos referindo a determinados tipos de cursos que se configuram como unidades autônomas e que podem ser ministrados em espaços independentes de uma vinculação institucional. Por outro lado, presume-se que, por hipótese, sejam planejados no sentido de focar conteúdos específicos, mantenham um grupo de professores especializados e tenham alunos dispostos a aprender o que estiver sendo proposto. Portanto, são Cursos.

Mas, o que queremos discutir aqui, diz respeito à avaliação dos Cursos que se desenvolvem no interior de um Instituição e, em especial, no interior de uma Instituição de Ensino Superior, ou seja, na Universidade. Esta decisão justifica-se por dois motivos principais. Em primeiro lugar, sendo a Universidade o último patamar da escolarização e acessível a uma minoria em nosso país, os recursos públicos a ela destinados devem ser cuidadosamente monitorados de forma a não prejudicar a equidade tendo em vista prover suas necessidades essenciais, sem prejudicar os outros níveis de ensino. Em segundo lugar, a Universidade desempenha um papel extremamente importante, seja no sentido de desenvolver habilidades e competências para que seus egressos possam ser capazes de enfrentar as exigências do mercado de trabalho, seja para contribuir com a criação de cidadãos conscientes, historicamente esclarecidos em relação aos problemas de seu tempo e politicamente

engajados em empreendimentos voltados para a minimização das desigualdades sociais.

No entanto, sabe-se que sob a alegação de que as Universidades Públicas, em especial as Federais, constituem-se em instituições extremamente onerosas (absorvendo cerca de 80% dos recursos federais destinados à Educação) muitas vezes os resultados das avaliações institucionais tem sido utilizados como base de apoio para o encaminhamento de propostas políticas direcionadas à extinção, ou pelo menos a sensível diminuição da oferta de um ensino superior gratuito e em consequência, ajustam-se argumentos e ações a favor da privatização deste nível de ensino. Em prol de uma equidade desejada, mas nem sempre alcançada, a privatização do Ensino Superior, (que necessariamente não pode ser considerada como uma decisão desejável no contexto da realidade brasileira), merece estar presente na pauta de reflexões dos educadores e dos responsáveis pela elaboração de políticas educacionais.

3. Os Cursos

Os Cursos ou Programas, tal como denominados em inglês (*Program*) são constituídos por um conjunto de disciplinas articuladas em torno de uma determinada área do conhecimento.

As Universidades, na sua maioria, são estruturadas a partir de Centros e Departamentos. Do ponto de vista de funcionamento, o Centro é uma instância maior e, para fins de sua criação e implantação, deve ter como referência os parâmetros conceituais das grandes áreas do conhecimento. Assim, temos o Centro de Ciências Exatas, o Centro de Ciências Sociais, o Centro de Ciências Humanas...apenas, para citar alguns deles. No interior destes Centros estão alocados os Departamentos que se caracterizam por unidades mais específicas, nos quais os cursos são instalados. Por exemplo, em um

Centro de Ciências Sociais podemos ter um Departamento de Fundamentos da Sociologia e dentro dele um Curso de "*Seminários introdutórios às questões socio-culturais*"

O Curso é, portanto, a menor unidade a ser considerada neste tipo de organização funcional. No entanto, embora identificado como a menor unidade do ponto de vista organizacional, constitui-se, sem dúvida, no componente mais importante de uma instituição, seja quando encarado do ponto de vista didático-pedagógico, seja quando avaliado do ponto de vista de seu potencial de impacto educacional e social.

Ultrapassando a característica burocrática dos Centros e dos Departamentos, são os Cursos que representam a instância "viva" da Universidade, no bojo dos quais se desenvolvem os conteúdos específicos de uma determinada disciplina, as oportunidades de aquisição de conhecimentos e as possibilidades de crescimento pessoal e profissional por parte daqueles que os freqüentam.

Decorre daí, a pertinência que nos leva a priorizar a avaliação de Cursos e, principalmente, levar em conta a necessidade de definir – em primeiro lugar – seus critérios de avaliação.

Para a avaliação de Cursos, devemos nos basear em dois critérios fundamentais. O primeiro indaga sobre a eficiência do curso. Ou seja, antes do desenvolvimento de um curso, suas metas, suas propostas e seus objetivos, já estão consubstanciados em um plano de ensino, em uma ementa, ou em um planejamento mais global. O primeiro passo é, pois, verificar se o que foi planejado está sendo realizado. Em outras palavras, diríamos que esta etapa refere-se à necessidade de compatibilização entre o planejado e o realizado. Em caso de uma compatibilização positiva, podemos inferir que o curso foi eficiente. Aqui, não importa, ainda, aquilatar a qualidade dos conteúdos definidos nos planos

de ensino, ementas ou planejamentos de cursos. A questão é saber: o que eu planejei consegui realizar?

O segundo critério diz respeito à avaliação da eficácia, ou valiosidade do curso. Ou seja, além de indagar se o curso foi (ou não) eficiente já que cumpriu (ou não) o que planejou, é necessário, saber, também, se o que foi realizado foi (ou não) igualmente valioso. Neste caso, é preciso recorrer a parâmetros externos. Em geral, estes parâmetros coincidem com a proposta acadêmica e social da Universidade como um todo, o que em última instância, define seu perfil. Ou, pelo menos deve haver uma articulação entre os objetivos gerais dos Centros e os objetivos fins dos Cursos neles alocados. De qualquer forma é preciso indagar, por exemplo, se o curso foi importante para a inserção profissional de seus egressos, se contribuiu para o avanço dos conhecimentos da área, para a formação de professores, de pesquisadores, e, também, para o desenvolvimento da cidadania mediante a formação de indivíduos críticos e capazes de melhor compreender o mundo e a realidade, a partir de seus componentes históricos, políticos e sociais.

4. O que avaliar (focos de análise)

O curso não é uma abstração. Existe em uma instituição, é desenvolvido por pessoas especializadas, em um local determinado, conta com condições específicas de trabalho, de infra estrutura, de apoio logístico, de recursos financeiros, de subsídios, de apoios externos e, principalmente, conta com "gente" para sua realização. São os professores, os alunos, o corpo técnico/administrativo que funcionam de diferentes maneiras e que tem as mais variadas atribuições e funções.

Portanto, para não correr o risco de efetuar uma avaliação de cursos em abstrato, devemos privilegiar os seguintes focos de análise.

Em primeiro lugar, é necessário obter dados acerca do Contexto no bojo do qual os cursos são desenvolvidos. A Avaliação de Contexto é fundamental para esclarecer muitas das dificuldades que, provavelmente, serão encontradas. Além disso, concentra um forte poder explicativo e diz respeito às variáveis que se colocam de antemão. Dentre elas, podemos destacar: a qualificação dos professores; a área de especialização dos mesmos; a adequação (ou não) desta área com o curso que pretendem oferecer; as condições de infra-estrutura; a proporção aluno-curso; os materiais disponíveis; as condições facilitadoras, ou dificultadoras de acesso a bibliotecas e atividades extra-curriculares; o número e qualificação do corpo técnico/administrativo; as condições salariais de professores e funcionários; a existência (ou não) de bolsas de estudo para os alunos; o nível socio-econômico dos mesmos; os recursos financeiros disponíveis; a natureza das atividades subsidiadas; o tipo de apoios externos (se houver); as estruturas de poder e hierarquias instaladas; o grau de autonomia do professor, e assim por diante. Em síntese, trata-se de desvelar o panorama, ou as características do pano de fundo nos contornos dos quais os cursos estão inseridos. Este desvelamento é imprescindível, pois, podemos chegar a conclusões equivocadas se nos propusermos a avaliar, apenas, a dinâmica processual de um curso, sem levar em conta o Contexto concreto, palpável e verificável no qual ocorre sua instalação e desenvolvimento.

A avaliação de contexto é indispensável para a aferição da qualidade de qualquer nível de ensino. Não se restringe, pois, diferentemente do que se costuma acreditar, apenas à avaliação de cursos universitários.

Tanto é que se observa, com muita freqüência, uma razoável quantidade de educadores que tendem sempre a culpabilizar o professor pelo fracasso ou insucesso de seus alunos. Todavia, esquecem-se de levar em conta as pré-condições existentes e os aspectos contextuais adversos que, com certeza, dificultam a obtenção de um ensino de qualidade. A começar pela desvalorização social do professor brasileiro que está convivendo, cada vez mais, com restrições salariais². Adicionalmente, as classes superlotadas, a falta de recursos, a pouca disponibilidade para o atendimento de alunos com necessidades especiais, o reduzido tempo a ser preenchido com a preparação de aulas, a discussão e debates em regime de colegiado com outros professores³ etc.

Feita uma boa avaliação do contexto, o próximo foco de análise diz respeito à avaliação da dinâmica acadêmica. Este foco de análise é, em verdade, o ponto nodal da avaliação de cursos. Trata-se de uma dimensão de avaliação educacional que ocorre no interior da instituição durante o processo de desenvolvimento dos cursos, cujos atores que lhes dão "vida" são os

² Cláudio de Moura Castro ao comentar a situação salarial dos professores cubanos reconhece que embora exista um arrocho, em todos os níveis, devido ao cruzamento da economia em pesos com a economia em dólar, por outro lado admite: *"Mas a questão relevante aqui é que exceto para os que operam na economia do dólar, todos ganham quase o mesmo. Um engenheiro receberá mais ou menos de 300 a 400 Pesos. Um médico de família recebe 430 Pesos. O que significa que os professores (recebendo em média 400 Pesos) não estão em desvantagem, em comparação com outros profissionais, alguns até com mais diplomas. Quando adicionamos essa relativa igualdade com a importância dada à educação, é razoável pensar que a educação consegue atrair uma boa parcela dos jovens talentosos que se formam nas escolas secundárias. Não é um aspecto trivial, até mesmo em países industrializados. Isto é talvez uma das mais críticas vantagens das escolas cubanas"* (CASTRO, Revista ENSAIO, 25 vol. 7, 1999).

³ Ainda recorrendo a Cláudio de Moura Castro: *"No regime de trabalho do professor cubano, é de se notar notáveis diferenças com relação às escolas latino-americanas. Os professores são contratados por 40 a 44 horas por semana e espera-se que ensinem 16 a 20. São reservadas, portanto, 20 horas para preparar as aulas e interagir com os alunos.... E o que é mais importante para a qualidade do ensino, boa parte da preparação das aulas e materiais pedagógicos é feita em regime de colegiado. Os professores discutem e debatem seu trabalho entre si, bem como suas estratégias e seus problemas"* (op.cit.).

professores e os alunos. Por meio da avaliação da dinâmica acadêmica, podemos averiguar o desempenho do professor que se expressa na qualidade dos conteúdos apresentados; em sua capacidade de comunicação; em suas habilidades didático-pedagógicas; em sua preocupação com o planejamento das atividades e com a atualização dos conhecimentos disponíveis em sua área; em sua inserção e envolvimento com os projetos de pesquisa e de extensão da instituição; nos indicadores de sua produção intelectual; no relacionamento interpessoal que estabelece com os colegas e com os demais elementos da instituição; nas oportunidades que oferece para a efetiva participação dos alunos; e, na seriedade e pertinência com que escolhe e elabora as sistemáticas de avaliação a serem adotadas.

Em geral, a avaliação da dinâmica acadêmica é executada pelas pessoas que estão integradas aos Centros. E, como concordam *De Miguel, Madrid, Noriega (1994) & Rodríguez (1997)*⁴ constitui uma atividade essencial de todo processo de avaliação. Por outro lado, é importante a presença de diferentes visões acerca de um mesmo componente que está sendo avaliado para evitar vieses devidos à subjetividade, que é uma característica desta dimensão da avaliação. Isto se deve ao fato de que a avaliação é realizada a partir de uma perspectiva muito próxima e absolutamente imersa no mesmo entorno avaliativo (ANDRIOLA, 1999).

Além disso, muitos autores apontam outros cuidados a serem levados em conta para o desenvolvimento e realização deste foco de análise. Dois deles dizem:

⁴ Apud Wagner Bandeira Andriola "Evaluación : La vía para la calidad educativa" in ENSAIO , 25, vol 7 1999.

“A avaliação é uma necessidade deste processo e, impregnada por essa dinâmica, não deve representar uma etapa estanque, a cargo de poucos especialistas...Na maioria das vezes a avaliação deve ser exercida permanentemente, envolvendo os participantes da atividade, na elaboração e revisão de instrumentos, no planejamento de metodologias e na sua implementação, enfim, provendo meios para a reprogramação corretiva e tempestiva de suas ações, objetos e avaliações. Somente a multiplicação de especialistas em avaliação nas diversas áreas de conhecimento e relativa a cada curso pode assegurar a necessária dinamicidade e profundidade da avaliação de cursos a qual resulte em melhoria significativa da qualidade do ensino, em curto prazo, de maneira participativa e integrada com a construção de uma cultura institucional de avaliação” (Monteiro do Nascimento & Lassance, 1999).

E nós, queremos acrescentar a importância que deve ser atribuída às opiniões dos alunos quando se trata da avaliação da dinâmica acadêmica, no bojo da qual os cursos são desenvolvidos. Os alunos⁵ que conseguiram chegar à Universidade, superando os obstáculos e entaves dos níveis de ensino anteriores, carregam consigo expectativas muito claras em relação às vantagens que a Universidade pode lhes oferecer. Por um lado, existe sempre o “fetiche” que se encarna na obtenção de um diploma de Curso Superior (seja ele qual for). Mas, por outro lado, existe, também, um olhar crítico voltado para a avaliação da pertinência (ou não) dos conteúdos desenvolvidos tendo em vista a satisfação de suas necessidades pessoais e, principalmente,

⁵ Principalmente os egressos do Ensino Médio noturno da Rede Pública que são, na maioria, estudantes-trabalhadores.

profissionais. Além disso, sabem avaliar o desempenho do professor nas mais diferenciadas instâncias. Devem, portanto, ser considerados como elementos indispensáveis no âmbito da avaliação de cursos e, quem sabe, os mais críticos e expressivos na colocação de suas inquietações.

O terceiro foco de análise a ser abordado diz respeito à avaliação de produtos/resultados. Uma avaliação de cursos complementa-se a partir da análise de seus resultados. Dentre as muitas possibilidades de aferição destes resultados, uma delas – que se configura como a mais próxima e mais concreta – incide na verificação do rendimento do aluno.

Sabemos que a avaliação do rendimento do aluno⁶ tem sido, sistematicamente, utilizada para o estabelecimento de um “ranking” classificatório mediante o qual, são identificadas as “melhores” Universidades (sempre tendo como parâmetros os resultados obtidos nos testes de rendimento), as “médias” e as “piores”. Diga-se de passagem, que estes resultados já fazem parte do domínio público, uma vez que os mesmos têm sido, constantemente, divulgados utilizando-se para tal os veículos da imprensa e, portanto, acessíveis a uma população-alvo mais abrangente.

Em consequência à esta classificação, definem-se políticas governamentais de apoio às Instituições consideradas como de “melhor qualidade” e impõem-se restrições àquelas consideradas como ineficientes.

È evidente que a avaliação do rendimento dos alunos constitui-se em um ingrediente fundamental para a verificação da qualidade do ensino. Mas, não pode ser utilizada como um dado isolado ou como um único componente aceitável. Como já tivemos oportunidade de constatar, existem outros elementos a serem considerados. Sob pena de não fragmentar a avaliação

⁶ E isto não se trata de uma tendência apenas nacional, mas também internacional.

institucional, ou a avaliação de cursos, outras dimensões, ou focos de análise devem ser levados em conta.

Estamos conscientes que a partir destes pressupostos nos defrontamos com uma tarefa muito mais complexa. No entanto, acreditamos ser esta a maneira mais consistente de avaliar a qualidade dos Cursos Universitários, uma vez que os resultados desta avaliação implicam ações e decisões políticas de extrema importância e direcionadas para a manutenção, possível redução, ou mesmo extinção de Cursos Universitários. Este componente adquire redobrada importância quando se refere à oferta destes cursos, no âmbito da esfera pública.

Finalmente, o último foco de análise diz respeito à avaliação de custos/benefícios. Cumpridas as modalidades de avaliação e tendo sido percorrido eficientemente seu processo, resta saber a que preço e até que ponto as ações foram satisfatórias. Este dado é necessário uma vez que fornece subsídios para a verificação de quanto vale investir na implementação de um Curso. Para tal, é importante levar em conta os efeitos e impactos sociais, profissionais e pessoais decorrentes do planejamento e realização de um determinado curso.

5. Etapas da Avaliação.

De nada vale tudo o que já propomos, se não houver uma adesão real e consistente de toda a comunidade acadêmica a ser envolvida na avaliação de cursos.

A avaliação, seja qual for, tende a desencadear comportamentos de defesa por parte daqueles que estão sob julgamento de mérito ou de valor. Vista como uma ameaça, que concentra o poder de interferir na vida

pessoal e profissional dos avaliados⁷, tende a ser, sistematicamente, rejeitada. Portanto, é imprescindível estar alerta para o cuidadoso planejamento de suas etapas de realização.

A primeira etapa é aquela que objetiva a efetivação de todo um programa de sensibilização da instituição onde será realizada a avaliação. Este componente é fundamental para o bom andamento de qualquer tipo de avaliação. Deve ser conduzida no sentido de agregar todos aqueles que serão diretamente envolvidos no processo: professores, coordenadores, dirigentes, funcionários, alunos...enfim, todos aqueles que de uma ou de outra forma serão sujeitos ou objetos da avaliação.

Neste caso, recomenda-se a realização de seminários com "experts", palestras, diálogos e encontros para garantir a adesão ao projeto avaliativo, mostrando sempre os benefícios da avaliação como orientação para a ação e desmistificando seu caráter ameaçador.

A segunda etapa refere-se à elaboração e construção dos instrumentos a serem utilizados na coleta de dados. Mesmo que esta tarefa seja coordenada por um especialista, é aconselhável envolver os professores⁸ e alunos⁹ para o desenvolvimento desta empreitada.

6. Da elaboração dos Instrumentos.

De início, há que se recorrer aos documentos oficiais (desde que fidedignos) para a obtenção de informações. Principalmente, quando o objetivo é coletar dados acerca do contexto institucional. As informações que não puderem ser obtidas mediante à análise de

⁷ O que, diga-se de passagem, é muitas vezes utilizada apenas para "cortes de pessoal", ou desqualificação de trabalhos realizados, sem incorporar, no seu bojo, a perspectiva da avaliação somativa que incide na necessidade do acompanhamento de um processo tendo em vista a correção de suas distorções.

⁸ Que serão os elementos mais visados quando se trata de avaliação de Cursos.

⁹ Provavelmente um representante do corpo discente, ou aqueles que fazem parte dos diferentes Centros Acadêmicos.

documentos oficiais, não devem ser abandonadas. Ao contrário, é preciso encontrar estratégias no sentido de torná-las disponíveis. Assim, podem, por exemplo, ser procuradas e incorporadas – sob forma de perguntas – nos roteiros de entrevistas a serem realizadas junto a pessoas (confiáveis) que atuem nos postos de direção da administração central, ou nos formulários e questionários a serem aplicados.

Para a elaboração dos questionários, recomendamos, em primeiro lugar, a confecção de uma “página de rosto” na qual serão explicitados os objetivos da investigação; a garantia do anonimato do respondente (uma vez que é preciso esclarecer que estamos interessados no conjunto das informações e não nesta ou naquela resposta em particular); e, a indicação de que não é uma “prova”, portanto, não existem respostas certas ou erradas, já que o objetivo da enquête está voltado à captação da opinião pessoal, completa e sincera de cada respondente. Finalmente, é sempre bom ressaltar a importância da colaboração de todos tendo em vista a necessidade de diagnosticar acertos ou desacertos, para que possamos ter mais clareza quando se trata de tomar decisões, seja no sentido de manter situações satisfatórias, seja para corrigir distorções identificadas, sempre em busca da melhoria da qualidade do ensino¹⁰.

Na elaboração dos questionários devem ser previstas questões “fechadas” e “abertas”. As “fechadas” são aquelas que se destinam, basicamente, à captação de informações acerca dos dados de caracterização dos informantes, são construídas a partir da oferta da

¹⁰ Busca que deve estar presente no decorrer de todos os níveis de ensino. A começar pela Educação Infantil e Fundamental, passando pelo Ensino Médio, chegando ao Ensino Superior e abordando seus desdobramentos nos Programas de pós-graduação.

alternativas¹¹ de múltipla escolha, ou se restringem à possibilidade de respostas dicotômicas do tipo Sim, ou Não. Neste caso, sugerimos evitar a categoria "em parte" o que tende a prejudicar o poder de discriminação da resposta. Por outro lado, quando a pergunta for de caráter opinativo dever vir sempre acompanhada de um pedido de justificativa, ou complementada pela solicitação de esclarecimentos relevantes.

Por exemplo, pergunto:

"Você tem dificuldade em elaborar seus planos de ensino"

SIM

NÃO

(e acrescento)

Porque?.....
.....

Ou ainda posso perguntar:

"Você tem realizado cursos de especialização fora da Universidade?"

SIM

NÃO

(e acrescento)

Quais?.....
.....

Este tipo de questões (combinadas) são muito úteis, na medida em que permitem discriminar as quantidades das respostas, e, ao mesmo tempo, possibilitam avaliar a qualidade das mesmas.

As questões "abertas" são aquelas por meio das quais o interlocutor emite livremente suas opiniões e cria suas próprias respostas. Mas, para que isto aconteça e

¹¹ Alternativas que são construídas *a priori*, seguindo a expectativa de respostas por parte do pesquisador. Expectativas que, necessariamente, estão baseadas em determinado referencial teórico-metodológico.

para que as respostas sejam úteis e válidas, as perguntas devem ser diretas, claras e personalizadas. Por exemplo: "Qual é sua opinião acerca do "provão?". Explique. Ou, "O que você pensa sobre a iniciativa governamental de instalar o "provão" como indicador de avaliação dos Cursos Universitários?" Explique.

Da mesma forma que se faz com os questionários, se utilizarmos entrevistas, as mesmas exigem um *rapport* introdutório mediante o qual se explicitam os objetivos do trabalho, a garantia de anonimato e o pedido de sinceridade, espontaneidade e colaboração.

A realização de entrevistas pode vir a ser um elemento importante porque, muitas vezes, após a aplicação dos questionários alguns aspectos críticos ou obscuros podem aflorar. Para aprofundá-los ou esclarecê-los podemos recorrer às entrevistas cujos conteúdos nelas consubstanciados irão, com certeza, nos ajudar na etapa de análise e interpretação dos dados.

As entrevistas podem ser totalmente livres ou semi-estruturadas.

Sugerimos a utilização de entrevistas semi-estruturadas, elaboradas a partir de roteiros prévios, porém abertas à possibilidade do entrevistado agregar, sempre que desejar, outras informações não previstas de antemão.

7. O que falar sobre a análise e interpretação dos dados?

Coletados os dados, resta analisá-los e interpretá-los. Todos aqueles provenientes de questões "fechadas" e todas as informações que possam ser quantificadas devem ser tabuladas e apresentadas em termos proporcionais (porcentagens).

Identificar porcentagens é extremamente importante (e diríamos até imprescindível) quando queremos aquilatar a grandeza das diferenças e

desigualdades que ocorrem no âmbito educacional, reflexo, sem dúvida, do contexto social mais amplo¹². Da mesma forma, é necessário diagnosticar qual é a porcentagem de professores que não conseguem elaborar seus planos de ensino, que não tem acesso a materiais instrucionais, que não tem condições de participar de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento e, principalmente, aquela que se refere aqueles não conseguem suprir as necessidades essenciais de seus dependentes devido aos irrisórios salários pagos para a realização de seus trabalhos.

Os dados provenientes de opiniões pessoais e que são incorporadas na redação das questões "abertas", devem ser submetidos a uma análise de conteúdo. Para tal, alguns passos devem ser observados. Em primeiro lugar, deve-se fazer uma listagem de todas as informações obtidas. Esta parte é trabalhosa, mas ajuda a posterior criação de categorias.

Mesmo que optarmos por utilizar os novos recursos tecnológicos para facilitar a criação e operacionalização de categorias no âmbito da análise de conteúdo¹³, os avaliadores não podem se omitir da responsabilidade de construir e criar categorias de análise que estejam ancoradas em sólidos pressupostos teóricos, que tenham como respaldo dados empíricos advindos de uma constatada experiência acumulada e que, portanto, detenham a oportunidade de fornecer valiosos subsídios para o enfrentamento da última etapa da avaliação e que diz respeito à interpretação dos resultados.

Esta etapa é decisiva, uma vez que o avaliador, agora, munido de dados concretos, fidedignos, consubstanciados e devidamente analisados passa a ter condições de interpretá-los a luz de parâmetros externos

¹² Assim, por exemplo, é completamente diferente constatar se, no Brasil, existem 8 ou 80% de analfabetos, levando-se em conta, como base proporcional, a totalidade da população que se encontra na faixa etária de 14 anos, ou mais.

¹³ Como o ALCESTE (para maiores informações consultar um assessor estatístico que domine este PROGRAMA).

e internos, o que possibilita o conhecimento da instituição não como um todo isolado, mas sim vinculada as demandas sociais mais abrangentes. Tal etapa, constitui-se pois em um elemento fundamental da avaliação educacional¹⁴ em prol da orientação e conseqüente delineamento de ações efetivas e eficazes cujo horizonte e a meta fundamental ancoram-se na urgente necessidade de minimizar as desigualdades de ofertas e oportunidades educacionais, de qualidade, e, em conseqüência, as desigualdades sociais.

Referências Bibliográficas

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Evaluación: la via para la Calidad Educativa. In: Revista Ensaio, Cesgranrio, n° 25, v. 7, 1999.
- CASTRO, Cláudio de Moura. Escolas Feias, Escolas Boas? In: Revista Ensaio, Cesgranrio, n° 25, v. 7, 1999.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Os Pressupostos Epistemológicos da Avaliação Educacional. In: Clarilza Prado de Sousa (org.) Avaliação do Rendimento Escolar. Campinas: Papirus, 4ª ed., 1998.

¹⁴ Seja ela qual for: avaliação institucional; avaliação da aprendizagem; avaliação de cursos; avaliação de iniciativas destinadas à capacitação de profissionais da educação tais como seminários, simpósios, congressos etc.